

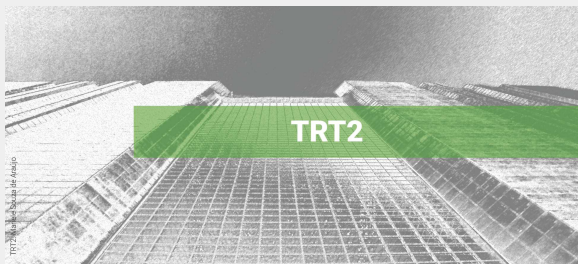
INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana



N. 30

Período: 29 jul. a 2 ago. 2024



Nota Técnica n. 9/CI, de 23 de julho de 2024
Adesão à Nota Técnica n. 6/2023 do Centro Regional de Inteligência do E. Tribunal Regional do Trabalho da 18. Região (CRI-TRT18), que estabelece procedimentos administrativos para monitorar o dessobrestamento de processos suspensos em razão do sistema processual de formação de precedentes qualificados.

Ato n. 44/GP, de 30 de julho de 2024
Altera o Ato n. 3/GP, de 24 de janeiro de 2023, que reformula o teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, para tratar do regime de teletrabalho parcial dos(as) servidores(as) das áreas administrativas investidos(as) nos cargos de confiança ou funções comissionadas, e dá outras providências.

Ato n. 43/GP, de 24 de julho de 2024

Institui o Grupo de Trabalho para Homologação do Sistema de Aferição de Merecimento, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Ato n. 543/PR, de 29 de julho de 2024

Altera a área/especialidade de 02 (dois) cargos efetivos vagos da carreira de Técnico Judiciário - Área Administrativa, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, para 02 (dois) cargos efetivos vagos da carreira de Técnico Judiciário - Área Administrativa, Especialidade Agente da Polícia Judicial.

Provimento n. 1/GP.CR, de 30 de julho de 2024

Dispõe sobre a utilização do Sistema PJeCor, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região e dá outras providências.

Órgãos de interesse

Ministério do Trabalho e Emprego

Portaria n. 1.259/MTE, de 26 de julho de 2024

TST

Ato n. 9/GCGJT, de 1º de agosto de 2024

Conselho Federal de Fonoaudiologia

Resolução n. 720/CFFA, de 15 de dezembro de 2023

Prorroga o início da vigência da Portaria n. 3.665/MTE, de 13 de novembro de 2023, que dispõe sobre trabalho em feriados e dá outras providências.

[Portaria Interministerial n. 15/MTE.MDHC, de 26 de julho de 2024](#)

Estabelece no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão, bem como dispõe sobre as regras que lhes são aplicáveis.

CSJT

[Ato Conjunto n. 48/TST.CSJT.GP, de 25 de julho de 2024](#)

Institui o Programa Coleta Seletiva na Origem no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

[Ato Conjunto n. 52/TST.CSJT.GP, de 1º de agosto de 2024](#)

Altera o Ato Conjunto n. 77/TST. CSJT. GP, de 27 de outubro de 2023, que dispõe sobre a publicação dos atos judiciais dos órgãos da Justiça do Trabalho no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN).

Ministério da Previdência Social

Institui o Prêmio “TRT em Destaque”, com o objetivo de premiar e estimular o desempenho dos Tribunais Regionais do Trabalho.

CNJ

[Resolução n. 567/CNJ, de 2 de julho de 2024](#)

Altera a Resolução n. 557/CNJ, de 30 de abril de 2024, que institui Política Pública de Estímulo à Lotação e à Permanência de Magistrados(as) em Comarcas definidas como de difícil provimento.

[Portaria n. 243/CNJ, de 31 de julho de 2024](#)

Revoga a Portaria n. 224/CNJ, de 26 de junho de 2024, que dispõe sobre a suspensão do § 4º do art. 2º da Portaria n. 46/CNJ, de 16 de fevereiro de 2024 até a implementação de adequação no sistema do Domicílio Judicial Eletrônico.

[Edital de Alteração do Edital de Seleção de Práticas do Prêmio CNJ Juíza Viviane](#)

[Vieira do Amaral, de 2024](#)
Altera o Edital do Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral, o qual estabelece as regras, os procedimentos e os critérios para participação.

Poder Legislativo

[Lei n. 14.939, de 30 de julho de 2024](#)

(Republicação)

Dispõe sobre a aprovação do novo Código de Processo Disciplinar - CPD e dá outras providências.

Conselho Federal de Psicologia

[Resolução n. 9/CFP, de 18 de julho de 2024](#)

Regulamenta o exercício profissional da Psicologia mediado por Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs) em território nacional e revoga as Resoluções n. 11/CFP, de 11 de maio de 2018, e Resolução n. 4/CFP, de 26 de março de 2020.

Poder Executivo

[Decreto n. 12.122, de 30 de julho de 2024](#)

Institui o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

[Decreto n. 12.124, de 30 de julho de 2024](#)

Regulamenta a Lei n. 14.744, de 30 de novembro de 2023, que dispõe sobre a prestação de serviços postais e de comunicação multimídia da administração pública federal direta e indireta.

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Portaria n. 749/DIROFL. INSS, de 29 de julho de 2024
Divulga os códigos de Guia de Recolhimento da União - GRU parametrizados no SIAFI, para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Fundo do Regime Geral do Seguro Social - FRGPS.

Ministério do Planejamento e Orçamento

Portaria n. 242/SOF.MPO, de 29 de julho de 2024

Altera o Anexo da Portaria n. 34/SOF. MPO, de 8 de fevereiro de 2024, e alterações posteriores, que "estabelece procedimentos e prazos para alterações orçamentárias dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, no exercício de 2024, a serem observados pelos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União, e dá outras providências".

Altera a Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever que o tribunal determine a correção do vício de não comprovação da ocorrência de feriado local pelo recorrente, ou desconsidere a omissão caso a informação conste do processo eletrônico.

Lei n. 14.942, de 31 de julho de 2024

Altera a Lei n. 14.448, de 9 de setembro de 2022, para prever o Projeto Banco Vermelho, ações de conscientização em lugares públicos e premiação de projetos no âmbito do Agosto Lilás, mês destinado à conscientização para o fim da violência contra a mulher.

STF

Portaria Conjunta n. 2/STF, de 25 de julho de 2024

Dispõe sobre limitação de empenho e movimentação financeira no âmbito do Poder Judiciário da União.

Portaria Conjunta n. 45/MGI.MDHC, de 16 de julho de 2024 (Republicação)

Dispõe sobre procedimentos para adaptações de acessibilidade nas edificações sob a administração ou utilização dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e para divulgação da situação de acessibilidade das edificações públicas federais.

Presidência da República

Portaria n. 60/IN.CC.PR, de 29 de julho de 2024

Altera a Portaria n. 1/IN. CC. PR, de 2 de janeiro de 2024, que dispõe sobre os procedimentos de cadastramento, pagamento e publicação de atos no Diário Oficial da União, e dá outras providências.

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Rua da Consolação, 1272 – 5º andar
CEP 01302-906 - São Paulo - SP - Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal